



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

O LUGAR CONTRA-HEGEMÔNICO DO FEMINISMO NOS FAZERES ARTÍSTICOS-ATIVISTAS

Roberta Pedroni

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

robertadaterra@gmail.com

Resumo: Este estudo integra as discussões que realizo em minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Investigando a relação entre Arte e Política no Brasil atual, busco, através do diálogo entre bibliografias e imagens, identificar características e sentidos construídos nas expressões de resistência política engendradas por artistas. Nesse cenário, reconheço o ativismo artístico como locus de enfrentamento permanente e potencial de desestabilização da hegemonia – sendo esta reprodutora das formas de ser/estar no mundo que ratificam desigualdades existentes. A arte ativista direciona o fazer artístico, colocando-o em contato direto com o contexto em que se insere, ao mesmo tempo em que, carregada pelo senso de urgência, busca transformar esse mesmo contexto. É assim que, como reflete a artista argentina Ana Longoni, as ações artístico-ativistas se inscrevem em momentos históricos cruciais, transbordando em certas conjunturas e criando significados próprios na cena contemporânea. Localizadas nesse universo, as práticas e problematizações feministas na/pela arte, como respostas às demandas reais de mudança, trazem à luz o potencial ético de relação entre a individualidade – vivência própria do ser marcada no corpo, na memória – e a coletividade – conjugação de várias determinações que atravessam as relações sociais. Assim, na afirmação desse lugar “entre” biografia e sociedade, a vivência feminista artística radicaliza o diálogo com a luta social mais ampla e, pela práxis transformadora que aciona, consolida processos contra-hegemônicos de percepção, afetação e desconstrução do status quo patriarcal e burguês em tempos de resistência política.

Palavras-chave: arte, política, feminismo, contra-hegemonia.

Esse texto compartilha à tentativa de investigar e discutir acerca da radicalidade contra-hegemônica do feminismo nas imbricações entre o universo artístico e o universo político, expressas nos diversos enfrentamentos permanentes ou insurgentes. O interesse é discutir e encontrar, ainda que parcialmente, o sentido que o feminismo acessa na aproximação entre indivíduo e sociedade, proporcionando, assim, verdadeira ampliação da luta política. Para isso, além da articulação bibliográfica e imagética, trago minha própria vivência como fio norteador, ainda que não de forma implícita. Minha experiência mais profunda enquanto mulher e

todas as implicações que isso enseja – minhas utopias, críticas, proposições para a construção de um outro mundo livre de opressões – vai aparecer no texto enquanto condição sem a qual a discussão central – falar de feminismo como algo contra-hegemônico dentro da própria construção da contra-hegemonia – não seria possível.

De um modo geral, ao pensarmos os enfrentamentos artístico-políticos, sobretudo na sua expressão dos ativismos artísticos, estes apresentam simultânea construção: são atravessados pelos processos de luta social de seus contextos, e, ao mesmo tempo, denotam



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Dilemas da Classe

o caráter estratégico do fazer artístico dentro das disputas políticas e ideológicas. É essa dupla dimensão, de afetar-se e produzir afetamentos, pode trazer para a Arte, penso eu, a possibilidade de construção contra-hegemônica dentro de um contexto amplo na sociedade.

A demanda artístico-ativista, que afirma o lugar da arte na seara de disputas por projetos societários – aqui, entendida como a própria política – torna-se mais explícita em determinados contextos, tal o que nos encontramos no momento.

Com efeito, vivemos, no mundo e, de forma particular, no Brasil, uma mobilização mais explícita e sistemática de ideologias conservadoras, que encontram respaldo e/ou se apoiam nas crises econômicas, políticas, sociais, humanitárias e ambientais que compõem o arsenal atual do capitalismo mundial, sob o paradigma neoliberal. Essas investidas, por vezes reacionárias e até de caráter fascista, resultam em consequências que recaem, sobretudo, sobre os grupos sociais já historicamente fragilizados, como é o caso dos variados grupos étnicos, das mulheres, das crianças, dos idosos, da população LGBT, das(os) camponesas(es), das pessoas em situação de pobreza e, de um modo geral, da classe trabalhadora superexplorada pelo capital (LÖWY, 2015).

A partir desse contexto, a ordem social aparentemente estável e imutável pode ser questionada e cerceada pelas mais diferentes visões e experiências de mundo.

Cerceando a hegemonia – outros modos outros corpos

Para investigar a realidade nessa perspectiva, lanço mão da categoria “hegemonia” nos termos propostos pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci (1999), que, dando continuidade as noções marxianas sobre a vida social, chama a atenção para a necessidade de disputa no âmbito cultural/ideológico para a efetiva realização de transformação da estrutura da sociedade.

No marxismo, a cultura, tida aqui como os modos de ser, pensar, estar, criar, querer, fazer, conhecer, etc., encontra seus limites e possibilidades na estrutura – no modo de reprodução social. Ou seja, o pensamento e o comportamento – a vida espiritual e reflexiva – são, grosso modo, resultantes ou emergentes da vida material, entendida como estrutura. Notadamente, essa compreensão sobre a realidade é propriamente o que se concebe como materialismo, que na perspectiva marxista, também se complementa pela dimensão dialética da história – o seu movimento. Disse Marx (1996, p. 52):

Desse modo, é no imediatismo das necessidades de sobrevivência e de manutenção da existência humana, expressadas sobretudo nas escolhas de como produzir riquezas e como distribuir essas riquezas em determinada sociedade/grupo social e em determinado tempo/espço, que emergem os modos de ser e de fazer dessa mesma sociedade. Em outras palavras, “o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Classe

Nessa ótica, a organização da sociedade no seu sentido material, no âmbito da reprodução da vida, produz conseqüentemente relações sociais e modos de compreensão que se mantêm intimamente imbricados com essa estrutura, ainda que seu desenvolvimento e florescimento adquira certa autonomia e complexificação. Essa análise da superestrutura, especialmente no que diz respeito à Política e sua dinâmica, foi esboçada por Gramsci, sobretudo na sua importante obra “Cadernos do Cárcere” (1999), em que reafirma categorias marxistas – como trabalho, Estado, sociedade civil –, agora revisitadas em um novo contexto político-social do capitalismo no século XX. Assim, segundo Souza Filho e Durighetto (2016, p. 2), Gramsci passa a relacionar estrutura e superestrutura no sentido em que “[...] acredita que não há situação histórica que não possa ser mudada pela livre e consciente ação de homens organizados, mas que também este processo é pensado inseparadamente dos condicionamentos sociais que os determinam”. Há, portanto, uma relação dialética entre a vida material e a vida ideal e ambas se inter-relacionam sem necessariamente se confundirem.

À vista disso, acentuando o caráter dinâmico e imbricado entre objetividade e subjetividade, principalmente a partir de sua experiência pessoal no contexto da Itália nos tempos fascistas, Gramsci chama a atenção para a centralidade da hegemonia: o consenso, a generalização de uma direção ideológica e cultural que se apresenta como interesse comum e é assim assimilada pela maioria (GRAMSCI, 1999). E, no seu entendimento

acerca dos processos ideológicos, defende, segundo Alves, que

[...] nem os sujeitos políticos são percebidos como classes, nem os elementos ideológicos articulados pela classe hegemônica têm uma pertinência de classe necessária. Os sujeitos políticos correspondem às vontades coletivas, resultantes de articulações políticas e ideológicas das forças históricas dispersas e fragmentadas. (ALVES, 2010, p. 86)

Nas palavras do próprio Gramsci (1999, p. 237), as ideologias “[...] organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.”

A noção de hegemonia, nesse interim, tenta abarcar os mecanismos e elementos nos quais se disseminam modos de ser e fazer que, difundidos e enraizados no corpo social, permitem a manutenção do status quo vigente, inclusive quando este atenta contra os direitos daqueles que o reproduzem. Assim, para além do uso imediato de instrumentos de coerção, utilizados sobretudo pelo aparelho estatal, a dominação e perpetuação de determinadas relações de poder são dependentes da formação de um consenso social em que ao mesmo tempo que não questiona o estado das coisas também o legitima. Trata-se, portanto, de atentar a como se dão, de acordo com Angeli (2011, p. 130), “[...] os processos pelos quais uma classe pode exercer domínio sobre as outras: estabelecendo a superioridade mediante o consenso, transformando a ideologia de um grupo num conjunto de verdades que se acredita válido para toda a sociedade”.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Classe

Logo, é no campo da cultura que a tentativa de concretização hegemônica se efetiva, difundindo noções sobre os mais variados fenômenos sociais – a violência, a pobreza, a diversidade sexual, etc. –, e compartilhando prescrições sobre os comportamentos, no movimento de controle dos corpos. É assim que, como comenta Angeli (2011, p. 130-131),

Gramsci assinala o conteúdo da cultura. Ele concebe a cultura como um patrimônio reflexivo, emotivo e intersubjetivo que caracteriza um determinado ambiente social: classe, grupos, razões, nações, etc., que se manifesta nas formas de normas, idéias (sic), convicções por um dado grupo social, e que constitui a fonte da vontade coletiva e do comportamento coletivo. A cultura então é qualquer manifestação da espiritualidade humana – ciência, arte, religião, filosofia e a política – desde que exprimi um produto no desenvolvimento histórico de um grupo social.

Cabe lembrar, novamente, que Gramsci, seguindo a tradição marxista, não desvincula o mundo das ideias das condições materiais de existência, então entende que a cultura se respalda na estrutura que a funda. Para o marxismo, o paradigma capitalista se organiza materialmente a partir da divisão da sociedade em dois grupos fundamentais: aqueles que possuem os meios de produção de riqueza e aqueles que, sem estes, resta-lhes vender sua força de trabalho e se submeter aos primeiros. E, nessa cisão, cria-se uma desigualdade insuperável, em que a mesma maioria que produz a riqueza, através de seu trabalho, só a usufrui parcialmente, garantindo a acumulação de capital para poucos (MARX, 1996).

Esse destaque é importante pois, ao considerarmos a cultura dentro da ótica da hegemonia, não se trata somente de uma construção aleatória de formas do pensamento/comportamento, mas direções ideológicas que correspondem a desejos e visões socialmente localizadas, ainda que não sejam necessariamente fixas e homogêneas – inclusive se subdividem e se complexificam. Ao olharmos para a hegemonia no contexto do capitalismo global, sob a faceta atual do neoliberalismo, diante de crises econômicas, políticas, sociais, ambientais e éticas, o desenho hegemônico tem razão de ser.

A ideologia dominante inspira e reproduz, portanto, um conjunto de práticas e expressões da sociedade burguesa, como o individualismo, o egoísmo, o consumismo, o autoritarismo, o mandonismo, o racismo, o machismo, a homofobia, a separação entre o trabalho manual e intelectual, o personalismo, o liberalismo, o pragmatismo, o levar vantagem pessoal em tudo, a legitimidade da propriedade privada, o uso da violência para manter a ordem, a democracia representativa em oposição à democracia direta e efetiva participação do povo no poder, a exploração econômica dos não proprietários dos meios de produção, os privilégios dos mais ricos e “preparados” e “competentes” etc. (ALMEIDA, 2011, p. 8)

Nessa perspectiva, os costumes e as subjetividades são atravessados por modos de ser/estar que, generalizados, carregam consigo a possibilidade de legitimação de uma sociabilidade que, em última instância, produz um conjunto de desigualdades permanentes – em especial o tripé da classe, raça/etnia e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Cênes

gênero (HIRATA, 2014). Em suma, a hegemonia é um tipo de dominação que se reproduz no espaço dos próprios dominados.

Entretanto, o elemento hegemônico importa não só para compreensão de como se dá, na visão gramsciana, a continuidade de uma organização social que, apesar de seus males explícitos, consegue se manter ao longo do tempo, mas também é uma forma de propor um lugar estratégico de luta e enfrentamento, potencializando as possibilidades reais de transformação. Isso porque a hegemonia não é estável e intocável. Pelo contrário, seu investimento se justifica pela existência de forças contrárias, que colocam em cena projetos alternativos de mundo (ALMEIDA, 2011). E são esses projetos, apresentados como contra-hegemônicos, que em um duplo movimento enfraquecem a hegemonia e a disputam com outras visões sobre a realidade, construindo, como escreveu Gramsci (1999, p. 111), “[...] uma crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar”. A cultura é, portanto, um lugar privilegiado da Política.

Com tal característica, quando trago aqui a discussão sobre Arte e hegemonia, sem desconsiderar suas dimensões particularíssimas de construção de experiências e conhecimentos que por si só são potências contra-hegemônicas, escolho observar aquelas experiências de artistas enquanto sujeitos políticos que criam vias de comunicação e atravessamentos com lutas contra-hegemônicas mais amplas, no sentido de disputa de projeto societário. É, portanto, um movimento de aproximação entre o

particular, o fazer artístico, e a totalidade, o fazer político, e vice e versa.

Dizeres, fazeres e enfrentamentos

Ativismo artístico, ativismo, arte ativista, arte política ou ativismo cultural, arte engajada, política da arte, etc., são alguns exemplos de termos que tentam dar conta dessa relação mais direta entre Arte e Política. Por um lado, essas diferenças se dão pela própria variação das experiências artísticas existentes e suas interpretações. Por outro, as leituras particulares sobre a realidade e seus aspectos políticos de atuação também influenciam na forma de se compreender uma ação ativista. De todo modo, são noções que emergem da práxis dialética entre os desejos de luta e reivindicação e as determinações historicamente dadas para as possibilidades da cena artística contemporânea.

Ora, o ativismo artístico está, naturalmente, imerso dentro de um guarda-chuva teórico não incomum e, em certa medida, bastante recorrente em dizeres artísticos acadêmicos e não acadêmicos: trata-se do estudo ou reflexão sobre “Arte e Política”, tal qual também me proponho a discutir nesse trabalho. Sem dúvida, esse é um universo de horizonte largo e profundo, porque envolve ideias peculiares e históricas do que se entende por Arte e, na outra ponta, o que se entende por política. De uma parte, podemos pensar a política intrínseca à Arte, no seu sentido provocativo ou utópico; de outra, é possível aproxima-las na busca por uma intervenção mais clara e direcionada na realidade.

Numa discussão epistemológica, a Arte, enquanto poíesis e poética (VALERY, 1990), enquanto criadora e criatura, pode ser



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

compreendida como movimento de suspensão do cotidiano ou reinvenção do cotidiano pelo distanciamento e despreocupação deste. Ou seja, através de seu desinteresse pela representação e sistematização da realidade, a experiência artística cria espaços de abertura, de ruptura com a realidade socialmente compreendida, instaurando outras e/ou novas inteligibilidades.

Jacques Rancière (2005), um dos filósofos bastante utilizado para a reflexão sobre o caráter político da Arte, radicaliza essa relação entre Arte e vida, retirando da primeira qualquer papel social imediato. Ele aponta que

[...] o potencial de emancipação da obra se encontra inteiramente na sua ociosidade, isto é, no seu distanciamento com relação a todo “trabalho” social, a toda participação em uma obra de transformação militante ou em toda tarefa de embelezamento do mundo comercial e da vida alienada. (IBIDEM, p. 4)

Nessa perspectiva, a capacidade libertária da Arte, no sentido da fruição da subjetividade e da exploração da própria humanidade do ser, jaz na sua característica peculiar de transcender os constructos sociais imperativos e deslocar a experiência da sociabilidade hegemônica. Ou seja, a Arte é política

[...] antes de mais nada pela maneira como configura um sensorium espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de... Ela é política enquanto recorta um determinado espaço ou um determinado tempo, enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência

específica, em conformidade ou em ruptura com outras, uma forma específica de visibilidade, uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também e antes de mais nada formas de reunião ou de solidão. (IBIDEM, p. 1, grifo do autor)

Mais do que isso, a Arte pode brincar com as fronteiras entre a aparência e a realidade, o único e o trivial, o óbvio e o impensável, a tradição e a invenção, etc. Nesse sentido, “[...] Arte e política têm em comum o fato de produzirem ficções” (IBIDEM, p. 5), criando movimento de abstração e de materialização na condução de experiências humanas. Ela não é, dentro desse ponto de vista, uma ressignificação ou uma leitura diferenciada da vida, mas sobretudo um outro modo de ler e, neste caso, perceber, ativar e partilhar sensibilidades. A Arte, então, não é uma transfiguração de conhecimentos previamente existentes ou somente forma de linguagem e expressão, mas é criadora e mobilizadora de saberes próprios, emergentes do deslocamento, da descontinuação que provoca pela experiência estética.

No entanto, inferindo que toda a Arte é política pela sua própria característica de subversão e insubordinação das lógicas de sociabilidade operantes, pode o artista tomar essa percepção para si e colocá-la no próprio fluxo estético-político que transita? Em outras palavras, ainda que seja necessário para a autonomia da Arte e, portanto, para seu potencial político, seu desapego por resultados eficazes e mensuráveis, não estariam os atravessamentos e desejos sociopolíticos sendo eles próprios incitados na experiência artística?

Quando ser mulher é contra-hegemônico



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Políticas e Políticas

Desestabilizar o montante hegemônico da vida cotidiana, ainda que esteja potencialmente dado para uma prática de si tão exploratória como é a experiência artística, não significa necessariamente a imediata e significativa construção de uma contra-hegemonia. O que quero dizer com isso é que, estando o fazer artístico empenhado em desconstruir e explicitamente deslegitimar o modo de ser da sociedade aparentemente inquestionável, não é automática a proposição de outros lugares e pensares que efetivamente se oponham a hegemonia, em suas dimensões realmente profundas e estruturantes.

Se as construções hegemônicas têm como cerne garantir a reprodução de um sistema de exploração e opressão, que aparece aos nossos olhos nas mais diversas desigualdades, pesquisar e delinear uma contra-hegemonia – outro mundo possível – implica necessariamente, penso eu, em tencionar a estrutura social na sua totalidade. Ou ao menos a intenção e o esforço precisam ser nesse sentido. Em suma, os modos de fazer/ser/pensar/conhecer/se relacionar/criar que garantem hoje a manutenção de uma ordem sabidamente desumana não serão efetivamente questionados e ameaçados se fazeres desumanizadores continuarem, em maior ou menor medida, sendo reproduzidos.

É a partir desse nó a ser desamarrado que eu passo a compreender que o feminismo – enquanto visão crítica e desveladora do real nas suas instâncias desiguais – é condição sem a qual qualquer enfrentamento contra-hegemônico se faz possível. Não há como

falamos sobre política sem falamos sobre mulheres e seus modos de fazer política, seja em casa, seja no trabalho, seja na rua, seja pra si mesma. Ser mulher é, necessariamente, experiência contra-hegemônica – não é a toa a constante tentativa de apagamento que a estrutura social nos impõe, negando-nos lugares de poder. Nesse sentido, apontar para outro horizonte coletivo de existência significa, nessa leitura que proponho, trazer à luz as reflexões e inflexões do feminismo que escancara as consequências históricas produzidas pelas relações desiguais de gênero. Em resumo,

seria um equívoco pensar a emancipação humana sem compreender a necessidade histórica da emancipação específica da mulher. Quando um sistema é colocado em xeque, todos os valores engendrados pelo mesmo também o são; e uma nova gama de valores socialmente construídos substitui os antigos paradigmas e a revolução abriria caminho para modificar as bases sobre as quais se erige a sociedade (FUSER, 2010, p. 36)

Há, contudo, que se pensar de que feminismo estamos falando.

O feminismo idealizado na noção “de todas e para todas” precisa, nesse momento, ser brutalmente questionado. Um feminismo que parece não ter raça, não ter classe social, não ter corpos, não ter histórias, não ter territórios. E aqui não cabe dizer que a luta de qualquer mulher – seja branca universitária artista de classe média sem deficiência como eu – possa ser desmerecida ou deslegitimada por suas limitações teórico-práticas. Ser mulher, como eu já coloquei anteriormente, no sentido mais básico e elementar dos sentidos do feminino da sociedade, é experiência contra-



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Raça

hegemônica imediata. Contudo, esse “ser mulher” é, como sabemos, indiscutivelmente atravessado por opressões e violações diferentes que, como consequência, produzem também saberes e compreensões distintos.

Isso implica necessariamente levar em consideração aquilo que Saffioti (2004, p. 125) chama de “nó” – classe, gênero e raça. Nesse sentido,

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. [...] De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) – historicamente constituída.

Portanto, precisamos que o nosso feminismo seja de mulheres negras, indígenas, brancas, pobres, com deficiência, idosas, nordestinas. Há que se entender, e digo isso a mim mesma, que raça e classe não compõem somente a receita de bolo do discurso, mas sim condição sem a qual o feminismo, enquanto enfrentamento à hegemonia e estremecimento da estrutura social, não se efetiva nas intenções que almeja. Como aponta Sueli Carneiro (2003), ao nos colocarmos enquanto sujeitos políticos através do feminismo, passamos a assumir os lugares, os lugares e os processos particulares que nos compõem. Impedir que as diferentes experiências,

histórias pessoais e coletivas, e os diversos enfrentamentos que emanam a partir disso ocupem espaço no cenário político e dentro do próprio movimento feminista, é novamente negar a qualidade de sujeito político a essas mulheres. Assim, essa diversificação intrínseca de visões de mundo e de práticas só ocorre se através da dialética entre “[...] a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos” [e] o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Pra além disso, também é preciso pensar na radicalidade contra-hegemônica que se pretende alcançar. Se buscamos uma crítica e uma desconstrução da hegemonia, nas suas mais variadas instâncias – modos de ser, modos de conhecer, modos de se mover, de sonhar, de se transformar etc. – a totalidade das relações de exploração e opressão precisa ser questionada. E esse questionamento, por mais fácil que possa parecer ao discurso, precisa passar pelo corpo, pela reconstrução da história dos povos, das mulheres (não-brancas), das periferias do mundo. Como afirma Bell Hooks (2015, p. 208):

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia.

É nessa perspectiva que a arte pode ser lugar interessante e aberto à amplificação feminista no sentido que materializa outros modos de ser e estar no mundo a partir das diversas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Políticas da Mulheres

experiências do “ser mulher” marcadas nos corpos, nas comunidades, nas histórias, nos afetos criados e propostos, nos tempos, nos questionamentos e mesmo nas formas próprias que produzimos de resistência e enfrentamento. O feminismo na arte – se completamente atrelado a raça e classe – é contra-hegemônico porque ao questionar o status quo, produz outras instâncias de sociabilidade uma vez que passa pelo sensível e neste comporta outras visões de mundo que a massiva reprodução das opressões cerceia.

A arte pode fazer a ponte entre a individualidade – marcada no corpo, na voz, no movimento, no tempo de ser – e, quando colocada em cena, em evidência e em percepção, a coletividade. Assim, “nesta linha de raciocínio, a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais”. (SAFFIOTI, 1997, p. 63)



Fig. 2: Performance “Eu Abortei” (2014), Coletivo Rubro Obsceno. Fonte: divulgação

Incitando simbologias, imagens e discursos, tal qual o Coletivo Rubro Obsceno¹ na figura acima, o campo sensível carrega

¹ O Coletivo Rubro Obsceno (2012) originou-se a partir da reunião entre as participantes paulistas do 3º Vértice Brasil - Festival e Encontro de Teatro feito por Mulheres que integra o The Magdalena Project - rede internacional de mulheres artistas. Fazem parte do Coletivo: Léia Rapozo (Cia Monalisa), Leticia Olivares e Stela Fischer (Cia Cênica Magna Mater) e Monica Siedler (ARCO).

entendimentos para outras instâncias; brinca com o óbvio. A pedra-julgamento é ainda atual, está entre nós, nos fere, rasga a pele. Rasga o útero. Mas pode conversar com quem antes outras coisas via – ou não via. Aproxima, ainda que na desconfiança e na cobrança, convidando e performando junto. Afinal, não se trata de assunto a ser discutido amanhã, ou depois. O sofrimento vive hoje, ainda que silenciado e esmagado. A cena o transforma em situação, em status.

O que dizer do corpo, em cena, para além da cena, em um espaço cruzado de histórias, carregado no tempo da cidade, no caminho das sufocamentos, mas também das superações? Dos silêncios espantosos e espantados, incitados? Penso em Berna Reale², saída do açougue, saindo e entrando no barulho da violência, deixando um rastro de significados. Registra a experiência, transforma-a em não perecível ou adia seu apodrecimento no conjunto de miasmas de abusos. A multidão protagoniza a narrativa, cria o movimento, o desenho, aquele momento em que as coisas não parecem estar bem. Que o dia já não é mais o mesmo. Mais do que isso, como não falar das violências que carregam as mulheres? Como não mobilizar espantos e deslocamentos?



Fig. 1: Performance “Sem título” (2011), de Berna Reale. <http://www.premiopia.com/pag/berna-reale/>

² Berna Reale (Belém, Pará). Artista e perita criminal.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Assim, se a arte ativista é aquela socialmente envolvida (LIPPARD, 1984), engendrada por artistas-participantes/proponentes, ela, quando feminista, apresenta, debate e mobiliza as diversas questões pulsantes na coletividade através de suas particulares relações com a vida. E, nesse movimento, abre caminhos para modos particulares de luta, de visão de mundo, de utopia, de “mundo melhor” tomam corpo e desconstruam fazeres hegemônicos opressões e desumanizadores, na sua totalidade.

Reflexões finais

O desafio, na luta social e na relação entre o “eu” e “nós”, é pensar a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade, em um mundo, como notou Marx (1996, p. 19), em que as relações entre as pessoas aparecem como invertidas, “como uma relação social entre as coisas”.

Esse lugar de unidade buscado afirma uma postura profundamente ética do estar no mundo, uma vez que desfaz a ideologia individualizante que nos atravessa e impede o olhar para o outro e para o “nós”.

A particularidade de uma existência individual que se desdobra no interior da universalidade do desenvolvimento do gênero produz uma tensão que força o indivíduo a optar constantemente por um ou por outro valor. Isso possibilita a elevação à consciência da contradição do real, posta pelo fluxo da práxis social, entre as reproduções da individualidade e da totalidade social. (LESSA 2016, p. 44)

A ética, portanto, produz uma atitude diante da realidade em que a vivência pessoal tenta permanecer subordinada à vivência coletiva, ainda que não se confunda com ela. A

individualidade deixa de ser metodicamente delineada para tornar-se movimento dialético. Ainda que o “eu”, enquanto experiência e discurso, não deixe de ser particular, ele não pode ser integralmente fruído sem a fruição da coletividade.

É nesse lugar que entendo a vivência feminista. Na investigação e no encontro da minha história, memória, tristeza, resistência e das outras histórias que ecoam na sociedade desigual.

Articulando a ética com a experiência feminista – aqui entendida pelo olhar radicalmente humanizador dos seres, acionando uma postura de enfrentamento aos processos que destituem de agência os sujeitos e as sujeitas – na arte, o feminismo torna-se locus privilegiado da vida transformada, em cura, em negação-criação. Cria outros modos de estar consigo e com os outros. Presentifica a história, o futuro e as utopias possíveis. Constrói, finalmente, contra-hegemonia dentro da própria luta social.

Referências

ALMEIDA, Jorge. Cultura Política e Hegemonia. In: Encontro da Comolítica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011, Rio de Janeiro, 2011. Anais. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

ANGELI, José Mario. Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas

n. 122, p. 123-132, jul. 2011. Quebra de seção contínua".

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, n. 17, v. 49, p. 117-132, 2003.

FUSER, M. C. . Pra não dizer que não falei de Flora - O conceito de emancipação da mulher a luz do materialismo histórico. 2010. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

LESSA, Sérgio. Lukács: ética e política, observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LIPPARD, Lucy R. Trojan Horses: Activist Art and Power. In: WALLIS, Brian (Ed.). *Art after Modernism: rethinking representation*. New York: The Museum of Contemporary Art; Boston: Godine, 1984. p. 341-58.

LONGONI, Ana. Arte y política. Políticas visuales del movimiento de derechos humanos desde la última dictadura: fotos, siluetas y escraches. (Conferência). *Aletheia*, v. 1, n. 1, out 2010. Disponível em: <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-1/pdfs/Longoni->

[%20Aletheia%20vol%201.%20n1.pdf](#)>. Acesso em 02 set. 2017.

LÖWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.044>>. Acesso em: 28 março 2017.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuebach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. *Política da Arte* (palestra). São Paulo: práticas estéticas, políticas e sociais em debate. São Paulo: abril 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero — lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, nº 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79

SOUZA FILHO, Rodrigo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão da política em Gramsci. In: I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisa em Antonio Gramsci. Anais. Fortaleza: 2016.

VALÉRY, Paul. Teoría poética y estética. Traducción de Carmen Santos. Madrid: Visor, 1990.